



Revista Universo Contábil

ISSN: 1809-3337

universocontabil@furb.br

Universidade Regional de Blumenau
Brasil

Lopes Cardoso, Ricardo; Rezende Nunes de Souza, Flavio Sérgio; Moura Dantas,
Manuela

IMPACTOS DA ADOÇÃO DO IFRS NA ACUMULAÇÃO DISCRICIONÁRIA E NA
PESQUISA EM GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO BRASIL

Revista Universo Contábil, vol. 11, núm. 2, abril-junio, 2015, pp. 65-84

Universidade Regional de Blumenau
Blumenau, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117041068005>

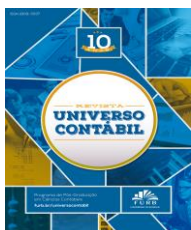
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 11, n. 2, p. 65-84, abr./jun., 2015

doi:10.4270/ruc.2015212
Disponível em www.furb.br/universocontabil



IMPACTOS DA ADOÇÃO DO IFRS NA ACUMULAÇÃO DISCRICIONÁRIA E NA PESQUISA EM GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO BRASIL¹

THE IMPACTS OF IFRS ADOPTION ON DISCRETIONARY ACCRUALS AND ON EARNINGS MANAGEMENT RESEARCH IN BRAZIL

LOS IMPACTOS DE LA ADOPCIÓN DE LA NIIF SOBRE LOS AJUSTES POR DEVENGO DISCRECIONAL Y SOBRE LA INVESTIGACIÓN DE MANIPULACIÓN DE BENEFICIOS EN BRASIL

Ricardo Lopes Cardoso

Doutor em Ciências Contábeis (FEA/USP)
Professor da Fundação Getúlio Vargas
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – FGV/EBAPE
Endereço: Praia de Botafogo, 190 – sala 536
CEP: 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
E-mail: ricardo.lopes.cardoso@fgv.br
Telefone: (21) 3799-5782

Flavio Sérgio Rezende Nunes de Souza

Mestre em Administração (FGV/EBAPE)
Assessor de gestão da Diretoria de Administração da Marinha
Endereço: Ilha das Cobras, S/N – Ed. Almirante Gastão Mota - 2º andar
CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
E-mail: flavio.nunes@dadm.mar.mil.br
Telefone: (21) 2104-6203

Manuela Moura Dantas

Mestre em Administração (FGV/EBAPE)
Endereço: Praia de Botafogo, 190 – sala 536
CEP: 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
E-mail: mmouradantas@gmail.com
Telefone: (21) 99871-7903

RESUMO

A adoção plena do IFRS pelas companhias abertas brasileiras, a partir do período encerrado em 31 de dezembro de 2010, provocou perda de comparabilidade das demonstrações contábeis, o que teve como consequência a descontinuidade das séries históricas utilizadas nas pesquisas brasileiras sobre gerenciamento de resultados. A presente pesquisa investiga, numa amostra de 235 companhias abertas brasileiras não financeiras e não seguradoras, se a adoção do IFRS teve impacto no cômputo das acumulações discricionárias medidas pelo modelo Jones modificado

¹ Artigo recebido em 14.04.2014. Revisado por pares em 09.06.2015. Reformulado em 30.07.2015. Recomendado para publicação em 01.08.2015 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 21.08.2015. Organização responsável pelo periódico: FURB.

nas demonstrações contábeis apuradas mediante os dois conjuntos de políticas contábeis (antigo BRGAAP e IFRS) publicadas em relação ao ano de 2009, para o mesmo grupo de entidades. Os resultados demonstram que as acumulações discricionárias apuradas nos dois conjuntos de demonstrações contábeis são significativamente diferentes entre si. Por conseguinte, demonstra-se não ser metodologicamente adequado medir acumulações discricionárias para uma amostra que congregue dados contábeis de períodos pré-IFRS e pós-IFRS.

Palavras-chave: IFRS, gerenciamento de resultados, acumulação discricionária, políticas contábeis.

ABSTRACT

The full adoption of IFRS by Brazilian listed companies since the period ended on 31 December 2010 was responsible for a lack of comparability in financial statements. One of the consequences of that was the discontinuity in time series used in earnings management research in Brazil. This paper investigates, on a sample of 235 Brazilian listed companies from sectors different from the financial and insurance sectors, if IFRS adoption impacts on discretionary accruals measured by the modified Jones model for financial statement prepared in accordance with both set of accounting policies (old BRGAAP and IFRS) for the period ended on 31 December 2009, in regard to the same group of firms. Results show that discretionary accruals calculated for both set of financial statements are statistically different. Therefore, we present empirical evidences that it is not methodologically appropriated to measure discretionary accruals for a sample that comprises accounting data from pre- and post-IFRS periods.

Keywords: IFRS, earnings management, discretionary accruals, accounting policy.

RESUMEN

La plena adopción de la NIIF por sociedades cotizadas brasileñas desde el período terminado en el 31 de diciembre de 2010 fue responsable por la falta de comparabilidad en los estados financieros. Una de las consecuencias de ello fue la discontinuidad en la serie de tiempo utilizada en la investigación de manipulación de beneficios en Brasil. Este trabajo investiga, sobre una muestra de 235 sociedades cotizadas brasileñas no financieras y no aseguradoras, se la adopción de la NIIF impacta en los ajustes por devengo discrecional medido por el modelo modificado de Jones para estados financieros preparados de acuerdo con ambos conjunto de políticas de contabilidad (GAAP y NIIF) para el período terminado el 31 de diciembre de 2009, en relación con el mismo grupo de empresas. Los resultados muestran que ajustes por devengo discrecional calculado para ambos conjunto de estados financieros son significativamente diferentes. Por lo tanto, se presentan evidencias empíricas que no es apropiado metodológicamente para medir los ajustes por devengo discrecional en una muestra que comprende datos contables de pre- y post-NIIF períodos.

Palabras clave: NIIF, manipulación de beneficios, ajustes por devengo discrecional, las políticas contables.

1 INTRODUÇÃO

Em 2007 foi publicada a Lei 11.638 determinando a necessidade de elaboração de demonstrações contábeis “em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”ⁱ por parte das companhias abertas e sociedades de grande porte.ⁱⁱ Embora a Lei 11.638 tenha, formalmente, entrado em vigor em 2008, o biênio 2008-2009 foi caracterizado por: (a) tradução do IFRS pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); (b) endosso desses pronunciamentos pelos órgãos competentes pela regulação da contabilidade financeira no Brasil, a Comissão de Valores

Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC); (c) adequação dos sistemas de tecnologia da informação das entidades afetadas pela referida lei; e (d) negociação entre empresas e governo sobre a neutralidade tributária dos ajustes decorrentes da adoção do IFRS, o que culminou com a edição da Lei 11.941/09, que entrou em vigor em 2010, e com a edição da Medida Provisória 627, em novembro de 2013 (que foi convertida na Lei 12.973, de maio de 2014).

Em razão desse conjunto de fatores, o primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras elaboradas pelas companhias abertas brasileiras integralmente em conformidade com o IFRS foi o referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2010.ⁱⁱⁱ Portanto, foi somente a partir das demonstrações contábeis de 2010, publicadas no início de 2011, que tais entidades passaram a declarar conformidade com o IFRS em suas demonstrações consolidadas (e conformidade com os CPCs nas demonstrações individuais), e os auditores passaram a opinar que “as demonstrações financeiras [...] apresentam adequadamente [...] a posição patrimonial e financeira [...], o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa [...], de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e com práticas contábeis adotadas no Brasil”.^{iv}

Segundo o IFRS 1, *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*, e o pronunciamento técnico correlato emitido pelo CPC (CPC 37 (R1) “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade”), o procedimento contábil apropriado à adoção das normas internacionais de contabilidade pela primeira vez requer a elaboração e apresentação de um balanço patrimonial de abertura em IFRS do período mais remoto para o qual a entidade apresenta informação contábil comparativa. Portanto, a entidade deve reconhecer e mensurar ativos, passivos e patrimônio líquido na data de transição em conformidade com o IFRS (parágrafo 6 do IFRS 1, e do CPC 37 (R1)). Sabendo-se que o primeiro conjunto completo de demonstrações contábeis elaboradas pelas companhias abertas brasileiras se refere ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e que as empresas precisaram reapresentar pelo menos um ano retroativo em conformidade com o IFRS para fins de comparabilidade, a data de transição foi 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, em 2011 as companhias publicaram as demonstrações contábeis de 2010 e de 2009 em conformidade com o IFRS, tendo reconhecido os ajustes de transição em contrapartida do patrimônio líquido na data de transição (isto é, 1º de janeiro de 2009).

Essa exigência tem por objetivo mitigar o efeito que a quebra de consistência das políticas contábeis causa na comparabilidade das demonstrações financeiras. Fato que nos propiciou medir o impacto que a adoção do IFRS causou nas acumulações discricionárias, isoladamente de outros fatores. Afinal, dispôs-se de dois conjuntos de demonstrações contábeis para o ano de 2009, um elaborado em conformidade com o antigo BRGAAP (publicado no início de 2010) e outro elaborado em conformidade com o IFRS (publicado no início de 2011), para as mesmas companhias abertas brasileiras. O único atributo que muda entre as duas amostras de demonstrações contábeis é a política contábil, posto que as transações econômicas, eventos e outras circunstâncias que afetaram seus patrimônios, desempenhos e fluxos de caixa são rigorosamente os mesmos, isto é, aqueles ocorridos em 2009.

Portanto, a questão de pesquisa deste artigo é: a adoção do IFRS causa impacto significativo na mensuração das acumulações discricionárias? Para responder essa pergunta, serão calculadas as acumulações discricionárias dos dois conjuntos de demonstrações contábeis, que serão comparadas por meio de comparação de médias para amostras pareadas.

A literatura internacional apresenta alguns artigos que se propõem a analisar a mesma questão de pesquisa, entretanto, mediante abordagem metodológica significativamente diferente. Barth, Landsman e Lang (2008), Callao e Jarne (2010), Chen et al. (2010), Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2011), Liu et al. (2011), Wang e Campbell (2012) comparam as acumulações discricionárias de um mesmo conjunto de empresas em dois momentos diferentes

(pré-adoção do IFRS versus pós-adoção do IFRS), portanto, a análise desenvolvida por eles é influenciada por outras variáveis além da mudança de políticas contábeis, como as transações econômicas realizadas pelas empresas analisadas em dois (ou mais) anos distintos. Zhou, Xiong e Ganguli (2009), Sun, Cahan e Emanuel (2011), Rudra e Bhatacharjee (2012) comparam as acumulações discricionárias de empresas adotantes do IFRS com as acumulações discricionárias de empresas não adotantes do IFRS, portanto, a análise desenvolvida por eles é influenciada por outras variáveis além da mudança de políticas contábeis, como as transações econômicas realizadas por empresas distintas, com diferentes políticas de governança e estruturas de capital.

O motivador desta pesquisa é nossa preocupação com a metodologia de investigação do gerenciamento de resultados. Em outras palavras, tem-se interesse de saber se é metodologicamente adequado medir acumulações discricionárias para uma amostra que agregue informações contábeis apuradas em conformidade com o antigo BRGAAP e apuradas em conformidade com o IFRS. Caso o impacto da adoção do IFRS na mensuração das acumulações discricionárias seja significativo, não seria adequado medir as acumulações discricionárias em uma amostra que compreenda informações contábeis do período 2006-2012, por exemplo. Afinal, a mudança de políticas contábeis decorrentes da adoção do IFRS geraria significativa quebra de comparabilidade das demonstrações contábeis, prejudicando assim a consistência da série histórica.

As demais seções deste artigo estão estruturadas como segue. A próxima seção é dedicada à revisão de literatura e à enunciação da hipótese de pesquisa. Na seção 3, é apresentado o modelo utilizado para medir a acumulação discricionária, a amostra, procedimentos para coleta de dados, o modo como foi operacionalizado o modelo para a amostra em questão, e os procedimentos para teste de hipótese. A quarta seção apresenta os resultados. Na última seção, discorre-se sobre as potenciais repercussões dos achados e apresenta as considerações finais deste artigo.

2 DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE

A literatura nacional e internacional sobre “gerenciamento de resultados” por parte de organizações privadas é razoavelmente vasta e há diversas definições para o termo. Uma das mais exploradas é a de Healy e Wahlen (1999, p.368), em que o gerenciamento de resultados é consequência da ação discricionária dos administradores nas demonstrações contábeis com a finalidade de enganar alguns *stakeholders* sobre desempenho econômico da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependam dessas informações. Este ocorre quando os gestores utilizam de arbitrariedade nas demonstrações financeiras e nas transações, com o objetivo de assegurar ganhos privados (GOEL, 2012, p.49).

Ademais da multiplicidade de conceitos e da falta de uma definição clara e universalmente aceita^v, há também uma diversidade de métodos para investigar o que aqui se chama “gerenciamento de resultados”. Paulo (2007, p.61) classifica esses métodos em acumulações agregadas, acumulações específicas, e distribuição de frequências dos resultados. Dentre todos esses, utiliza-se o das acumulações agregadas.

Não é possível observar as acumulações discricionárias diretamente nas demonstrações financeiras, elas devem ser estimadas usando algum tipo de modelo (GOEL, 2012). Este trabalho utiliza especificamente o modelo Jones modificado, por ser o modelo mais utilizado nas pesquisas em gerenciamento de resultados (MARTINEZ, 2001, p.41).

Há relativamente pouca evidência empírica da influência da adoção do IFRS na redução dos níveis de gerenciamento de resultados (ZHOU; XIONG; GANGULI, 2009, p.44). Porém,

a literatura internacional recente já apresenta alguns estudos com a finalidade de investigar esse impacto. Os resultados obtidos por Callao e Jarne (2010, p.159) demonstraram que o gerenciamento de resultados se intensificou na Europa após a adoção do IFRS, em virtude do crescimento das acumulações discricionárias no período que se seguiu à sua implementação. Em contrapartida, verificou-se o aumento da qualidade da informação contábil após a implantação do IFRS por Iatridis (2010) no Reino Unido, por Iatridis e Rouvolis (2010) na Grécia, e por Chen et al. (2010) em empresas de 15 diferentes países-membros da União Europeia. Também analisando entidades europeias, sendo que instituições financeiras, Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2011) identificaram que a adoção dos IFRS reduziu o gerenciamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ao realizar pesquisas na Índia, Rudra e Bhattacharjee (2011) verificaram que as empresas adotantes dos IFRS são mais propensas à suavização de resultados. Os resultados encontrados em pesquisas realizadas em companhias chinesas sugerem que as empresas que adotaram os IFRS são menos propensas a suavizar resultados do que as não adotantes (LIU et al., 2011; ZHOU; XIONG; GANGULI, 2009). Barth, Landsman e Lang (2008) investigaram empresas em 21 países, sendo que ambas pesquisas encontraram evidências da redução do gerenciamento de resultados após a adoção do IFRS.

Mediante a comparação da qualidade da informação contábil entre empresas não-americanas com títulos negociados na forma de *american depositary receipts* (informações pré e pós-IFRS) e empresas americanas (informações em USGAAP), Sun, Cahan e Emanuel (2011) identificaram que a adoção do IFRS melhorou a qualidade das informações contábeis. Entretanto, não foram encontraram impactos significantes (positivos nem negativos) da adoção do IFRS no gerenciamento de resultados por Wang e Campbell (2012) em empresas chinesas, por Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) em empresas alemãs, por Elbannan (2011) em empresas egípcias, e por Doukakis (2013) em empresas de 22 países europeus.

Essas pesquisas realizadas no exterior podem não ser representativas da realidade brasileira, quer devido à especificidade do contexto nacional, quer pelas diferenças entre o BRGAAP e o IFRS não serem comparáveis às diferenças entre o IFRS e os demais modelos contábeis.

A produção acadêmica brasileira sobre gerenciamento de resultados teve seu marco inicial em 2001 com a tese de doutoramento de Antonio Lopo Martinez (MARTINEZ, 2001). Segundo Avelar e Santos (2010), no período 2003-2009 foram publicados 26 artigos sobre gerenciamento de resultados nos dez principais periódicos acadêmicos brasileiros^{vi}, sendo a maior concentração no período 2007-2009 (com 18 artigos). Do total de artigos, 19 apresentam estudos empíricos que utilizam dados contábeis para estimar acumulações discricionárias ou o gerenciamento de atividades operacionais (*real earnings management*), dos quais 12 coletaram dados por meio do Economática (AVELAR; SANTOS, 2010, p.27).

Buscando-se complementar a análise de Avelar e Santos (2010), a tabela 1 apresenta uma descritiva da produção acadêmica brasileira sobre gerenciamento de resultados no período 2010-2015 (1º semestre) publicada nos mesmos periódicos revisados por Avelar e Santos (2010). Conforme consulta feita à base do Qualis-CAPES, em julho de 2015, esses periódicos estavam assim avaliados na área Administração-Contabilidade-Turismo: nenhum periódico no estrato A1, 5 no estrato A2, 3 no B1, 1 no B2, 1 no B3, e nenhum periódico classificado nos estratos B4, B5 ou C.

Tabela 1: Produção brasileira em gerenciamento de resultados no período 2010-2015

Atributo	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	Total
Total de artigos	5	3	5	9	5	4	31
Artigos empíricos	5	3	5	7	5	3	28
Modelo de acumulação discricionária	2	3	4	5	4	1	19
Fonte de dados = Economática	1	2	3	2	4	1	13

* Os dados relativos ao ano de 2015 se referem somente ao primeiro semestre.

O quadro 1 apresenta detalhes dos artigos publicados no período analisado que utilizaram modelos para cálculo de acumulação discricionária.

Quadro 1: Detalhes dos artigos publicados entre 2010-2015*

Periódico	Artigo	Modelo de acumulação discricionária	Período
BBR	Paulo, Cavalcante e Melo (2012)	Modelo KS e Modelo Pae	2000-2006
	Dantas, Medeiros e Lustosa (2013)	Acumulações específicas	2001-2012
	Gioielli, Carvalho e Sampaio (2013)	Modelo Jones, Jones modificado e Jones modificado-KLW	2004-2010
	Grecco (2013)	Jones modificado-KLW	2005-2011
	Maia et al. (2013)	Acumulações específicas	2001-2011
CVR	Silva, Galdi e Teixeira (2010)	Modelo Han e Wang	1993-2007
RAC	Martinez (2011)	Modelo KS	1998-2004
	Lima et al. (2015)	Modelo Pae	1995-2011
ERA	Ferreira et al (2012)	Modelo Jones modificado	2005-2009
	Silva et al. (2014)	Modelo Jones modificado	1997-2009
RMC	Sales et al (2012)	Modelo de Sloan e Modelo de Chan	2000-2005
	Cunha et al. (2013)	Modelo KS	2010-2011
	Santana et al. (2013)	Modelos LNW e Jones modificado	2009-2010
	Silva et al. (2014)	Modelo KS	2010-2012
RUC	Rodrigues e Martins (2010)	Acumulações específicas	2001-2006
	Martinez (2011)	Modelo KS	1999-2007
	Murcia e Werges (2011)	Modelo de Jones	2006-2008
	Rezende e Nakao (2012)	Modelo KS	1998-2004
Unb-CGG	Barros et al. (2014)	Modelo KS	2002-2011

* Os dados relativos ao ano de 2015 se referem somente ao primeiro semestre.

Combinando-se a análise realizada por Avelar e Santos (2010) com a análise apresentada na tabela 1 e quadro 1 deste artigo, identificam-se três características da produção acadêmica brasileira sobre gerenciamento de resultados: (i) mantém quantidade de artigos razoavelmente constante a partir de 2004, com destaque para os anos 2009 e 2013, (ii) predominância do uso dos modelos Jones modificado e KS para se estimar as acumulações discricionárias; e (iii) poucos artigos publicados após 2010 congregam dados apurados em conformidade com o antigo BRGAAP com dados apurados em conformidade com o IFRS; desses, três artigos não mencionaram a transição da política contábil para o IFRS, são eles: Barros et al. (2014), Santana et al. (2014) e Lima et al. (2015). O primeiro testa a relação entre o gerenciamento de resultados e a alavancagem financeira da entidade; o segundo testa a relação entre a qualidade da informação contábil e o estágio do ciclo de vida da entidade; e o terceiro testa a relação entre o porte da firma de auditoria e o gerenciamento de resultados.^{vii}

Além dos periódicos revisados por Avelar e Santos (2010), também se buscou por artigos que tratassem do mesmo tema nos demais periódicos brasileiros indexados no Scielo.BR e via Google Scholar. Encontraram-se mais dois artigos além daqueles apresentados no quadro 1, são eles: Grecco et al. (2014) e Joia e Nakao (2014).

Ao todo, identificam-se somente três artigos que calculam as acumulações discricionárias para uma amostra de empresas brasileiras congregando dados contábeis anteriores à adoção do IFRS com dados contábeis apurados em conformidade com o IFRS e explicitamente consideram a mudança de políticas contábeis; são eles: Grecco (2013), Grecco et al. (2014) e Joia e Nakao (2014). Embora todos tenham desenvolvido testes de hipótese em que controlaram pelo fato de os dados serem elaborados em conformidade com o antigo BRGAAP ou IFRS, nenhum apurou as acumulações discricionárias separadamente; isto é, auferiram variações entre saldos das demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com o antigo BRGAAP e o IFRS para apurar as acumulações discricionárias.

Grecco (2013) e Grecco et al. (2014) são pesquisas muito semelhantes; ambos calcularam as acumulações discricionárias para uma amostra de 361 empresas, no período de 2005 a 2011, o qual foi dividido em pré-IFRS, híbrido e pós-IFRS, e testam hipóteses muito semelhantes. A principal diferença entre os dois artigos é restrita aos modelos de acumulações discricionárias utilizados; enquanto Grecco (2013) utiliza o modelo Jones modificado por Kothari, Leone e Wasley (2005), que foi identificado no quadro 1 como “modelo Jones modificado-KLW”, Grecco et al. (2014) utilizaram quatro versões do modelo Jones e o modelo KS.

Grecco (2013, p.133) não encontrou evidências de “que a convergência às IFRS teve efeito restritivo no gerenciamento de resultados no Brasil em nenhum dos períodos estudados (full-IFRS [i.e., 2010 e 2011] e híbrido [i.e., 2008 e 2009])”. Por outro lado, dependendo do modelo de acumulação discricionária utilizado, Grecco et al. (2014, p.60-61) identificaram que o gerenciamento de resultados no período full-IFRS é menos intenso que nos demais períodos. Ambos artigos terminam sugerindo que pesquisas futuras avancem no estudo dos efeitos da adoção do IFRS no gerenciamento de resultados, mediante a ampliação do número de períodos cujas demonstrações contábeis foram apuradas em conformidade com o IFRS.

Joia e Nakao (2014) calcularam as acumulações discricionárias conforme o modelo Jones modificado para uma amostra de 274 companhias abertas brasileiras não financeiras. Uma vez que as acumulações discricionárias foram calculadas, eles separaram a amostra em dois grupos: antes e após adoção do IFRS (i.e., 2006-2009 e 2010-2011 respectivamente), então realizaram dois testes para avaliar se as acumulações discricionárias foram afetadas pela adoção do IFRS. Constataram que as acumulações discricionárias reduziram significativamente após 2010 e identificaram significância estatística entre as acumulações discricionárias e o endividamento oneroso e o tamanho das empresas, mas não encontraram tal associação entre as acumulações discricionárias e a adoção do IFRS. Com base nesses dois resultados, concluem que “não é possível afirmar que a aderência à norma internacional reduziu ou aumentou o nível de GR [gerenciamento de resultados] nas empresas brasileiras de capital aberto de acordo com o modelo proposto” (JOIA; NAKAO, 2014, p.34). Dentre as limitações do estudo, eles argumentam que o “fato de a nova norma gerar mudanças no resultado da empresa, pois existem novas formas de tratar os ativos financeiros, os biológicos, pois o valor justo altera a forma de avaliação dos ativos e conseqüentemente afeta o resultado da empresa” (JOIA; NAKAO, 2014, p.35).

Aparentemente, as principais diferenças entre o BRGAAP (políticas contábeis generalizadamente adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009) e o IFRS (tal qual foram traduzidos pelo CPC entre 2007-2009 e endossados pela CVM e pelo CFC), são: (i) contabilização de contratos de arrendamento mercantil conforme a essência econômica (operacional ou financeiro), não simplesmente em conformidade com a forma jurídica (aluguel); (ii) estimativa de parâmetros para cálculo da depreciação de modo a representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos gerados pelo ativo, independentemente dos limites impostos pela legislação tributária; (iii) eliminação (ou pelo menos, não aumento) de saldos das contas de ‘ativo diferido’ e ‘reserva de reavaliação’; (iv) criação de novas classes de ativos, como ‘ativos biológicos’, ‘ativos intangíveis’ e ‘propriedades para investimento’; (v) mudança no critério de mensuração de ativos e passivos, com proeminência da mensuração a valores de saída (e.g., valor justo), em detrimento da mensuração a valores de entrada (e.g., custo histórico); (iv) ampliação do reconhecimento de perdas esperadas (i.e., *impairment*) para outros itens do ativo, como o imobilizado (COSTA; CARVALHO; LEMES, 2006; ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010; LEMES; CARVALHO, 2010).

A presente pesquisa se dedica a avaliar se é adequado congregar numa mesma amostra dados contábeis apurados antes e após a adoção do IFRS. Pressupõe-se que a quebra de consistência provocada pela adoção do padrão internacional inviabiliza a análise de regressão

dos dados de ambos os períodos, seja em *pooling* ou em painel. Portanto, coletaram-se dados relativos a um mesmo ano (i.e., 2009) que foram apresentados pelas empresas segundo dois padrões contábeis (i.e., antigo BRGAAP, publicado originalmente no início de 2010; e IFRS, publicado no início de 2011 para fins de comparabilidade com os dados relativos ao ano de 2010).

Dessa forma, pretende-se realizar uma contribuição teórica à literatura de gerenciamento de resultados, tendo em vista que os achados podem afetar o entendimento da aplicação desse construto nas diferentes políticas contábeis. Portanto, o presente artigo busca testar a seguinte hipótese: a adoção do IFRS pelas companhias abertas brasileiras afeta significativamente o cálculo das acumulações discricionárias dessas empresas.

Por tudo isso, é de se esperar que a hipótese não seja rejeitada, isto é, que a adoção dos IFRS pelas companhias abertas brasileiras tenha impactado significativamente o cálculo das acumulações discricionárias dessas empresas.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta o modelo utilizado para medir a acumulação discricionária, a amostra do estudo empírico, procedimentos para coleta de dados, a operacionalização do modelo para a amostra em questão e os procedimentos para teste de hipótese.

3.1 Modelo de mensuração

A fim de testar o impacto da adoção do IFRS nas acumulações discricionárias no Brasil, foi utilizado o modelo Jones modificado. Esse modelo foi apresentado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e é amplamente utilizado nas pesquisas em contabilidade e finanças (CUPERTINO; MARTINEZ, 2008; FERREIRA et al., 2012; MACHADO; BENETTI; BEZERRA, 2011). Para medir o total de acumulações não discricionárias o modelo utiliza a seguinte equação:

$$NDA_{it} = \alpha_1 [1/A_{it-1}] + \alpha_2 [\Delta REV_{it} - \Delta REC_{it}] + \alpha_3 [PPE_{it}]$$

Em que:

ΔREV_{it} = variação das receitas líquidas da empresa *i* do período *t-1* para o período *t*, escalonada pelos ativos totais no final do período *t-1*;

ΔREC_{it} = variação das contas a receber da empresa *i* do período *t-1* para o período *t*, escalonada pelos ativos totais no final do período *t-1*;

PPE_{it} = saldos das contas Ativo Imobilizado (bruto) da empresa *i* no final do período *t*, escalonados pelos ativos totais no final do período *t-1*;

A_{it-1} = ativos totais da empresa no final do período *t-1*;

Os coeficientes α_1 , α_2 e α_3 foram estimados pelo seguinte modelo de regressão:

$$TAC_{it} = \alpha_1 (1/A_{it-1}) + \alpha_2 (\Delta REV_{it}) + \alpha_3 (PPE_{it}) + \varepsilon_{it}$$

Em que:

TAC_{it} = acumulações totais da empresa *i* no período *t*, escalonados pelos ativos totais no final do período *t-1*;

ΔREV_{it} = variação das receitas líquidas da empresa *i* do período *t-1* para o período *t*, escalonada pelos ativos totais no final do período *t-1*;

PPE_{it} = saldos das contas do Ativo Imobilizado (bruto) da empresa *i* no final do período *t*, escalonados pelos ativos totais no final do período *t-1*;

A_{it-1} = ativos totais da empresa no final do período t - 1;
 ε_{it} = erro de regressão (resíduos)

As acumulações discricionárias correspondem à diferença entre as acumulações totais e as acumulações não discricionárias, ou seja:

$$DA_{it} = TAC_{it} - NDA_{it}$$

3.2 Amostra e coleta de dados

A adoção mandatória e integral do IFRS pelas empresas abertas brasileiras teve seu início em 2010. Porém, para fins de comparabilidade, essas empresas tiveram que apresentar suas demonstrações contábeis de 2009 também em conformidade com o IFRS. Portanto, em relação ao ano de 2009 há duas versões de demonstrações contábeis oficialmente divulgadas pelas companhias abertas brasileiras: uma em BRGAAP (originalmente publicada no início de 2010) e outra em IFRS (publicada no início de 2011 para fins de comparabilidade com a informação financeira relativa ao exercício de 2010).

Como o propósito deste estudo é identificar se a adoção do IFRS afeta o cálculo das acumulações discricionárias, utiliza-se as duas versões das demonstrações contábeis de 2009. Para a extração dos dados contábeis foram utilizadas três bases de dados diferentes. Os dados relativos às demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com o BRGAAP foram extraídos da base de dados da Economática; os dados relativos às demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com o IFRS foram extraídos da base de dados da Bloomberg. Finalmente, os saldos do ativo total e de contas a receber na data de transição para o IFRS foram extraídos, empresa a empresa, das demonstrações financeiras padronizadas (DFP), mediante consulta ao portal da CVM.^{viii}

A amostra é composta por companhias abertas negociadas na BM&FBovespa que se encontravam ativas em 2009. Entretanto, foram retiradas da amostra as empresas que compõem o setor de serviços financeiros, seguros, planos de saúde e planos odontológicos. Também foram excluídas as empresas que não apresentaram os valores de seus ativos totais (ou contas a receber) em IFRS na data de transição, 1º de janeiro de 2009. Ao todo, a amostra analisada compreende 235 empresas.

3.3 Operacionalização do modelo

Com esses dados, testaram-se as acumulações discricionárias calculadas a partir das demonstrações contábeis de 2009, de um mesmo conjunto de 235 companhias abertas brasileiras, elaboradas tanto em conformidade com o BRGAAP quanto com o IFRS são estatisticamente diferentes entre si. Portanto, operacionalizou-se o modelo Jones modificado utilizando, separadamente, os dois conjuntos de demonstrações contábeis para o mesmo grupo de empresas.

Para medir as acumulações discricionárias de 2009 em BRGAAP, primeiro calculou-se as acumulações totais e acumulações não discricionárias como segue:^{ix}

- $TAC_{i(BRGAAP, 2009)} = \alpha_1 (1/A_{i(BRGAAP, 2008)}) + \alpha_2 (REV_{i(BRGAAP, 2009)} - REV_{i(BRGAAP, 2008)}) + \alpha_3 (PPE_{i(BRGAAP, 2009)}) + \varepsilon_{i(BRGAAP, 2009)}$
- $NDA_{i(BRGAAP, 2009)} = \alpha_1 [1/A_{i(BRGAAP, 2008)}] + \alpha_2 \{ [REV_{i(BRGAAP, 2009)} - REV_{i(BRGAAP, 2008)}] - [REC_{i(BRGAAP, 2009)} - REC_{i(BRGAAP, 2008)}] \} + \alpha_3 [PPE_{i(BRGAAP, 2009)}]$
- $DA_{i(BRGAAP, 2009)} = TAC_{i(BRGAAP, 2009)} - NDA_{i(BRGAAP, 2009)}$

Para medir as acumulações discricionárias de 2009 em IFRS, primeiro calculou-se as acumulações totais e acumulações não discricionárias como segue:^x

- $TAC_{i(IFRS, 2009)} = \alpha_1 (1/A_{i(IFRS, 2008)}) + \alpha_2 (REV_{i(IFRS, 2009)} - REV_{i(BRGAAP, 2008)}) + \alpha_3 (PPE_{i(IFRS, 2009)}) + \varepsilon_{i(IFRS, 2009)}$
- $NDA_{i(IFRS, 2009)} = \alpha_1 [1/A_{i(IFRS, 2008)}] + \alpha_2 \{ [REV_{i(IFRS, 2009)} - REV_{i(BRGAAP, 2008)}] - [REC_{i(IFRS, 2009)} - REC_{i(IFRS, 2008)}] \} + \alpha_3 [PPE_{i(IFRS, 2009)}]$
- $DA_{i(IFRS, 2009)} = TAC_{i(IFRS, 2009)} - NDA_{i(IFRS, 2009)}$

Observa-se, todavia, que na apuração da variação da receita em IFRS, foi subtraída da receita de 2009 em IFRS o valor da receita de 2008 em BRGAAP. Esse mecanismo foi necessário porque, pela legislação brasileira as companhias abertas só foram obrigadas a rerepresentar o resultado de 2009 em conformidade com o IFRS como informação comparativa ao resultado de 2010 (originalmente já apurado em conformidade com o IFRS). Portanto, a variável “ $REV_{i(IFRS, 2008)}$ ” inexistente para a maior parte das empresas que compõem a amostra deste estudo. A rigor, 15 empresas publicaram, mediante o sistema de DFP mantido pela CVM e pela BM&FBovespa, a demonstração do resultado de 2008 apurada em conformidade com o IFRS para fins de comparação com a demonstração de resultados dos anos 2009 e 2010; todas elas apresentam valor de “ $REV_{i(IFRS, 2008)}$ ” idêntico ao disponível no Economática como sendo o valor da receita líquida em BRGAAP para o ano de 2008, isto é, “ $REV_{i(BRGAAP, 2008)}$ ”. Por conseguinte, considerou-se que a receita de 2008 em BRGAAP é uma aproximação adequada da receita de 2008 em IFRS, de modo que esse expediente não prejudica a validade do presente estudo.

3.4 Procedimentos para teste de hipóteses

A hipótese a ser testada é a de que a adoção do IFRS pelas companhias abertas brasileiras afeta significativamente o cálculo de suas acumulações discricionárias. Para tanto foi utilizada análise de comparação de médias para amostras pareadas.

Anteriormente a essa análise, foi realizado teste de assimetria e curtose para normalidade univariada a fim de verificar se as variáveis utilizadas possuem distribuição normal.

Tendo em vista que o resultado não demonstrou normalidade na distribuição da amostra, foram desenvolvidos dois testes não-paramétricos: o teste de Wilcoxon e o teste de sinal.

O teste de Wilcoxon, cuja hipótese nula é a de que as distribuições das duas amostras são iguais (WILCOXON, 1945) é quase tão eficaz quanto os testes *t*, sob condições adequadas para esses testes, e provavelmente ainda mais eficaz quando as premissas para a realização dos testes *t* não podem ser observadas (LEVINE et al., 2008). O teste de sinal, cuja hipótese nula é a de que a mediana das diferenças é zero (SNEDECOR; COCHRAN, 1989), é um dos métodos não-paramétricos mais simples. Esse teste é adequado quando se procura verificar se há diferenças significantes entre as amostras, mas não o quanto são diferentes (DOWNING; CLARK, 2003).

Com os valores das acumulações discricionárias de cada empresa calculados separadamente para relatórios contábeis elaborados em conformidade com o antigo BRGAAP e em conformidade com o IFRS, de acordo com o modelo Jones modificado, testou-se a hipótese de diferença de médias; ou seja, se os níveis de acumulações discricionárias em antigo BRGAAP e IFRS são diferentes entre si.

Sabendo-se que a acumulação discricionária pode assumir valores positivos ou negativos, desenvolveu-se esses dois testes sob duas condições: (i) dados originais, com acumulações negativas e positivas; e (ii) dados transformados para valores absolutos (ie., o módulo das acumulações discricionárias). Esta segunda condição pode ser considerada um teste de robustez, afinal, a média de uma série de valores positivos e negativos tende a zero, portanto, a análise das acumulações discricionárias em módulo anularia esse efeito.

Esta pesquisa se diferencia metodologicamente dos estudos internacionais revisados. As pesquisas internacionais que investigam os impactos da adoção do IFRS nas acumulações discricionárias podem ser classificadas em dois tipos. Um conjunto de estudos compara as acumulações discricionárias de um mesmo conjunto de empresas em dois momentos diferentes (pré-adoção do IFRS versus pós-adoção do IFRS): Barth, Landsman e Lang (2008); Callao e Jarne (2010); Chen et al. (2010); Iatridis (2010); Iatridis e Rouvolis (2010); Elbannan (2011); Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2011); Liu et al. (2011); Wang e Campbell (2012). O outro conjunto de estudos compara as acumulações discricionárias de empresas adotantes do IFRS com as acumulações discricionárias de empresas não adotantes do IFRS: Van Tendeloo e Vanstraelen (2005); Zhou, Xiong e Ganguli (2009); Sun, Cahan e Emanuel (2011); Rudra e Bhatacharjee (2012).

Portanto, nenhum estudo internacional adota o mesmo método que foi empregado no presente estudo, qual seja, comparar as acumulações discricionárias nas demonstrações contábeis apuradas em conformidade com o antigo BRGAAP em relação às acumulações discricionárias nas demonstrações contábeis apuradas em conformidade com o IFRS de um mesmo conjunto de empresas e relativamente a um mesmo período (informação relativa ao ano de transição para o IFRS apresentada para fins de comparação no primeiro conjunto completo de demonstrações contábeis de uso geral elaborado em conformidade com o IFRS).

Esta pesquisa também se diferencia metodologicamente de Joia e Nakao (2014), Grecco (2013) e Grecco et al. (2014) pelos seguintes aspectos:

- 1) Os três artigos precedentes apuram as acumulações discricionárias para amostras que congregam dados contábeis apurados em conformidade com o antigo BRGAAP e dados apurados em conformidade com o IFRS, ou seja, ao apurar as acumulações totais, não discricionárias e discricionárias do ano 2010, eles calculam as variações de receita, contas a receber e imobilizado utilizando dados de 2010 apurados em IFRS e dados de 2009 apurados em antigo BRGAAP, e utilizam o ativo total de 2009 como denominador dessas parcelas. Portanto, introduzem um 'ruído' na análise que não pode ser atribuída ao gerenciamento de resultados, mas à diferença de políticas contábeis estabelecidas por lei (Lei 11.638/07). Para evitar isso, apurou-se as acumulações discricionárias separadamente para o ano de 2009 apresentado originalmente em antigo BRGAAP e para o ano de 2009 reapresentado em IFRS.
- 2) Sabendo das diferenças de políticas contábeis, só se apurou as acumulações discricionárias para o ano de 2009 pelos dois padrões contábeis. Enquanto Joia e Nakao (2014) apuraram para o período 2006-2011, ao passo que Grecco (2013) e Grecco et al. (2014) apuraram para o período 2005-2011.

4 RESULTADOS

Inicialmente são apresentadas na tabela 2 as estatísticas descritivas das variáveis acumulações totais (TA), acumulações não discricionárias (NDA) e acumulações discricionárias (DA), apuradas tanto em BRGAAP quanto em IFRS, correspondentes a 2009, ponderadas pelo ativo total de 2008.

Tabela 2: Estatística Descritiva

Variável		N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
TA	BRGAAP	235	-0,027	-0,034	0,168	-1,065	1,440
	IFRS	235	-0,030	-0,049	0,197	-1,095	0,960
NDA	BRGAAP	235	-0,011	-0,010	0,010	-0,083	0,025
	IFRS	235	-0,005	-0,007	0,019	-0,113	0,107
DA	BRGAAP	235	-0,016	-0,025	0,168	-1,053	1,455
	IFRS	235	-0,025	-0,037	0,197	-1,106	0,922

Em função de a acumulação discricionária poder assumir valores positivos ou negativos, sua média pode tender a zero. Sabendo-se que diversas empresas analisadas apresentaram acumulações discricionárias negativas e outras positivas, tanto em BRGAAP quanto em IFRS, analisou-se também o comportamento das acumulações discricionárias em valores absolutos, conforme demonstrado na tabela 3.^{xi}

Tabela 3: Estatística Descritiva das Acumulações Discricionárias (em valores absolutos)

Variável	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
DA BRGAAP	235	0,092	0,056	0,141	0,001	1,455
IFRS	235	0,132	0,090	0,148	0,001	1,106

Antes de se fazer qualquer teste de comparação de médias, verificou-se que a hipótese de que as amostras possuem distribuição normal foi rejeitada com 1% de nível de significância, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Teste de Assimetria e Curtose para Normalidade

Variável	N	Pr(Assimetria)	Pr(Curtose)	Combinação dos 2 testes adj chi2(2)	Prob>chi2
DA BRGAAP	235	0,000	0,000	.	0,000
IFRS	235	0,018	0,000	36,74	0,000
DA BRGAAP	235	0,000	0,000	.	0,000
IFRS	235	0,000	0,000	.	0,000

Visto que os testes paramétricos têm como pressuposto a normalidade na distribuição da amostra, foram realizados dois testes não-paramétricos de comparação de duas amostras pareadas: o teste de Wilcoxon, no qual a hipótese nula é a de que as distribuições das duas amostras são iguais (WILCOXON, 1945) e um teste de sinal em que a hipótese nula é a de que a mediana das diferenças é zero (SNEDECOR; COCHRAN, 1989).

A tabela 5 apresenta o resultado do teste de comparação de médias. Como observado, o teste rejeita a hipótese nula de que a diferença das médias é zero. Na tabela são indicadas as três comparações testadas: a de que a média do DA em BRGAAP é maior que a média do DA em IFRS; a de que a média do DA em IFRS excede a média do DA em BRGAAP; e uma comparação na qual eles são iguais. O resultado é baseado em uma distribuição binomial.

Tabela 5: Resultados do Teste de Comparação de Média das Acumulações Discricionárias

Sinal	Observado	Esperado
Positivo	157	117,5
Negativo	78	117,5
Zero	0	0
Total	235	235

Teste Unilateral

Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS > 0

Pr(#positivo >= 157) = Binomial(n = 235, x >= 157, p = 0,5) = 0,0000

Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS < 0

Pr(#negativo >= 78) = Binomial(n = 235, x >= 78, p = 0,5) = 1,0000

Teste Bilateral

Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS ≠ 0

Pr(#positivo >= 157 ou #negativo >= 157) = min(1, 2*Binomial(n = 235, x >= 157, p = 0,5)) = 0,0000

Teste de Wilcoxon

Ho: BRGAAP = IFRS

z = 3,791. Prob > z = 0,0002

No teste unilateral, no qual a hipótese alternativa era a de que a média do DA IFRS – DA BRGAAP é maior do que zero, a significância é menor que 1%. O teste bilateral, no qual a hipótese alternativa é simplesmente que a média da diferença é diferente de zero, apresenta o mesmo grau de significância. Ou seja, pode-se rejeitar a hipótese nula de que as médias das duas amostras são iguais em qualquer nível de significância acima de 1%.

Também pelo fato de as acumulações poderem assumir valores positivos e negativos, de modo que sua média pode tender a zero, e buscando-se validar a robustez dos achados apresentados na tabela 5, os mesmos testes foram refeitos com os módulos das acumulações discricionárias; vide tabela 6.

Tabela 6: Resultados do Teste de Comparação de Média das Acumulações Discricionárias (em valores absolutos)

Sinal	Observado	Esperado
Positivo	77	117,5
Negativo	158	117,5
Zero	0	0
Total	235	235

Teste Unilateral
 Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS > 0
 Pr(#positivo >= 77) = Binomial(n = 235, x >= 77, p = 0,5) = 1,0000
 Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS < 0
 Pr(#negativo >= 158) = Binomial(n = 235, x >= 158, p = 0,5) = 0,0000

Teste Bilateral
 Ho: mediana de BRGAAP - IFRS = 0 vs. Ha: mediana de BRGAAP - IFRS ≠ 0
 Pr(#positivo >= 158 ou #negativo >= 158) = min(1, 2*Binomial(n = 235, x >= 158, p = 0,5)) = 0,0000

Teste de Wilcoxon
 Ho: BRGAAP = IFRS
 z = -6,222. Prob > z = 0,0000

Comparando-se a tabela 6 com a anterior, percebe-se que os resultados do teste bilateral e do teste de Wilcoxon são similares, ou seja, há diferença significativa entre as acumulações discricionárias de 2009 apuradas em conformidade com o IFRS em comparação com as acumulações discricionárias de 2009 apuradas em conformidade com o antigo BRGAAP. É possível observar na tabela 5 que a mediana do DA em BRGAAP é maior que a mediana do DA em IFRS. Porém, na tabela 6, quando analisados em valores absolutos percebe-se uma inversão, a mediana do DA em IFRS é maior que a mediana do DA em BRGAAP. Essa inversão se dá pelo fato das medianas das duas amostras serem negativas (vide tabela 2), logo, quando os valores são postos em função modular, o menor valor negativo se torna o maior valor absoluto.

Portanto a mudança de política contábil de BRGAAP para IFRS teve impacto significativo na apuração das acumulações discricionárias das empresas brasileiras. Essa diferença pode levar a um viés metodológico numa análise de gerenciamento de resultados em que se congregue em uma série histórica dados contendo informações em BRGAAP e IFRS. Por exemplo, para um estudo sobre gerenciamento de resultados usando dados no padrão IFRS só deveriam ser utilizadas as informações do ano de 2009 em diante.^{xiii}

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante análise bibliográfica, constatou-se que o volume de publicações acadêmica sobre gerenciamento de resultados no Brasil se mantém razoavelmente constantes a partir de 2004, com destaque para os anos 2009 e 2013. Além disso, na produção publicada entre 2010-2015 (1º semestre) há predominância do modelo KS, e somente três artigos se dedicam a medir o impacto da adoção do IFRS no gerenciamento de resultados, mas todos misturam dados

apurados em conformidade com o IFRS com dados apurados em BRGAAP para se medir as acumulações discricionárias, o que provoca ruído na referida medida.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar se a adoção dos IFRSs pelas companhias abertas brasileiras causou impacto na mensuração das acumulações discricionárias. Para tal verificação foi utilizada uma amostra de 235 companhias abertas negociadas na BM&FBovespa, não financeiras, não seguradoras e não planos de saúde nem odontológicos. Dessas companhias foram utilizados dois conjuntos de demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2009, um em BRGAAP (originalmente apresentado no início de 2010) e outro em IFRS (apresentado no início de 2011, como informação comparativa a de 2010). Essa é a principal característica que diferencia esta pesquisa das demais que têm por objetivo investigar o impacto da adoção do IFRS no gerenciamento de resultados; afinal, pesquisas precedentes compararam empresas diferentes na mesma data (ZHOU; XIONG; GANGULI, 2009; SUN; CAHAN; EMANUEL, 2011; RUDRA; BHATAACHARJEE, 2012) ou as mesmas empresas em datas diferentes (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; CALLAO; JARNE, 2010; CHEN et al., 2010; LEVENTIS; DIMITROPOULOS; ANANDARAJAN; 2011; LIU et al., 2011; WANG; CAMPBELL, 2012).

A partir dos dados da amostra, foram realizados os testes de Wilcoxon e o teste de sinal, que consistem em testes não-paramétricos de comparação de média de amostras pareadas. Foi observada diferença estatisticamente significativa entre a acumulação discricionária calculada com dados em BRGAAP e a acumulação discricionária utilizando-se dados em IFRS. Os resultados apresentados demonstram que os valores das acumulações discricionárias dependem do padrão contábil utilizado na apuração das informações contábeis.

Os resultados apresentados neste artigo são de grande relevância para as futuras pesquisas em gerenciamento de resultados no Brasil, pois trazem evidência empírica das consequências da perda de comparabilidade das demonstrações contábeis ao cálculo das acumulações discricionárias a partir do ano de 2010. Essa perda de comparabilidade dificulta uma análise histórica de gerenciamento de resultados das empresas brasileiras e pode ser a causa da diminuição da produção de estudos nessa área no Brasil, ocorrida a partir de 2010, e/ou do fato de as pesquisas publicadas após 2010 terem concentrado a amostra em dados anteriores ao ano de 2010.

É importante salientar que pesquisas sobre gerenciamento de resultados que não levarem em consideração a perda de comparabilidade gerada pela adoção dos IFRS no Brasil poderiam gerar conclusões distorcidas ao utilizar dados em BRGAAP e IFRS numa mesma série histórica.

A rigor, os resultados apresentados neste estudo são relevantes não só para o contexto brasileiro, mas supostamente também são relevantes para diversas jurisdições que alteraram (ou estão avaliando se devem alterar) significativamente seus padrões contábeis (e.g., os órgãos reguladores de mais de 130 jurisdições exigem ou permitem que companhias listadas em bolsas de valores adotem o IFRS). A significância das diferenças entre as acumulações discricionárias apuradas com base nas informações elaboradas em conformidade com os padrões contábeis domésticos de cada jurisdição (local GAAP) e as acumulações discricionárias apuradas com base nas informações elaboradas em conformidade com os IFRS talvez dependa do quão significativo sejam as diferenças entre os dois padrões contábeis considerados na pesquisa. Neste trabalho, comparou-se as acumulações discricionárias apuradas entre BRGAAP e IFRS. A comparação das acumulações discricionárias apuradas entre IFRS e outros padrões contábeis fica como sugestão para pesquisas futuras.

Embora estudos internacionais que investigaram a mesma questão de pesquisa (isto é, o impacto da adoção do IFRS nas acumulações discricionárias) tivessem por objetivo identificar qual modelo contábil (IFRS ou local GAAP) é mais suscetível ao gerenciamento de resultados, a presente pesquisa tem objetivo bastante diferente. O que motivou a presente pesquisa foi a

constatação de que estudos recentes sobre gerenciamento de resultados no Brasil publicados no período 2010-2015 (1º semestre) utilizam amostra com dados contábeis anteriores à adoção do IFRS pelas empresas brasileiras. A partir dos dados coletados, até que se poderia comparar a intensidade das acumulações discricionárias e identificar se a adoção dos IFRS mitigou ou potencializou a intensidade das acumulações discricionárias pelas empresas brasileiras.

Entretanto, não se acredita que tal teste estatístico geraria qualquer resultado relevante. Afinal, não é razoável esperar que gestores e elaboradores de demonstrações contábeis das empresas brasileiras tivessem maturidade em IFRS para deliberadamente interpretar e aplicarem o IFRS em 2010 para alterar suas informações contábeis com o propósito de enganar potenciais usuários de suas demonstrações financeiras, muito menos que tivessem incentivos para manipular as informações de 2009 apresentadas comparativamente às demonstrações contábeis de 2010 apuradas em conformidade com o IFRS.

A principal limitação desta pesquisa é relacionada à indisponibilidade de dados relativos ao exercício de 2008 elaborados em conformidade com o IFRS. Como destacado na seção 3.3, a apuração das acumulações não discricionárias (passo anterior à apuração das acumulações discricionárias) depende da variável $[\Delta REV_{it} - \Delta REC_{it}]$. Portanto, para a apuração das acumulações discricionárias do ano de 2009 em IFRS é necessário obter os valores da receita e de contas a receber de 2008 apurados em conformidade com os IFRS. Ocorre que as empresas não foram obrigadas pelas autoridades competentes a divulgar informações de 2008 em conformidade com os IFRS; por conseguinte substituiu-se tais informações de 2008 pelas apuradas em conformidade com o antigo BRGAAP. Acreditamos que essa limitação não seja significativa a ponto de invalidar os resultados apresentados. Afinal, 15 empresas (i.e., 6,4% da amostra) voluntariamente apresentaram o valor da receita de vendas do exercício de 2008 também apuradas em conformidade com os IFRS e, em todos esses casos, os valores em IFRS eram idênticos aos valores apresentados em conformidade com o BRGAAP.

Quanto a futuras pesquisas, a principal contribuição do presente estudo é a identificação de que não é metodologicamente apropriado medir acumulações discricionárias para uma amostra que congregue dados contábeis anteriores e posteriores à adoção dos IFRS, sem controlar esse fato.

Pesquisas futuras dedicadas a ampliar e complementar o estudo aqui apresentado podem medir as acumulações discricionárias por outros modelos (utilizou-se o modelo Jones modificado); podem utilizar outros métodos de gerenciamento de resultados, por exemplo, modelos de acumulações específicas ou de distribuição de frequências; podem investigar se os resultados aqui apresentados são diferentes entre setores econômicos, políticas de governança, porte, endividamento ou outras características das companhias analisadas; podem, ainda, investigar o mesmo problema entre empresas de outras jurisdições, afinal, mais de 130 países já requerem ou permitem a adoção do IFRS por parte das companhias listadas em suas bolsas de valores.

Adicionalmente, podem medir se a adoção de novas políticas contábeis decorrentes das sucessivas alterações do IFRS provocadas pelo IASB (e incorporadas ao regulamento contábil nacional pelo CPC, CVM e CFC) geram impactos semelhantes. Por exemplo, nos próximos anos o CPC deverá emitir pronunciamento relativo ao IFRS 15 (*Revenue from Contracts with Customers*), o que em alguns casos poderá provocar alterações significativas no montante e no momento de reconhecimento da receita. Sabendo-se que a receita é uma variável relevante em diversos modelos de estimação das acumulações discricionárias, é de se esperar nova ruptura nas séries históricas – o que poderá ser mais uma oportunidade para investigações empíricas.

REFERÊNCIAS

AVELAR, E. A.; SANTOS, T. D. S. Gerenciamento de resultados contábeis: uma análise das pesquisas realizadas no Brasil entre os anos 2000 e 2009. **Revista de Contabilidade do**

Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 15, n. 3, p. 19-33, 2010.

BARROS, M. E. et al. Gerenciamento de Resultados e Alavancagem financeira em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 1, p.35-55, 2014.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x.

BRASIL. Lei 6.404, de 15/12/1976. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17/12/1976. Seção 1, p. 1.

_____. Lei 11.638, de 28/12/2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28/12/2007. Seção 1, p. 2.

_____. Lei 11.941, de 27/05/2009. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28/05/2009. Sec____ 1, p. 3.

CALLAO, S.; JARNE, J. I. Have IFRS Affected Earnings Management in the European Union? **Accounting in Europe**, v. 7, n. 2, p. 159-189, dez. 2010. DOI: 10.1080/17449480.2010.511896.

CARDOSO, R. L. **Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro**. 155 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHEN, H. et al. The role of international financial Reporting Standards in Accounting Quality : Evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 21, n. 3, 2010. DOI: 10.1111/j.1467-646X.2010.01041.x.

COSTA, F. M.; CARVALHO, L. N. G.; LEMES, S. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CUNHA, Paulo Roberto da et al. Características do comitê de auditoria e os reflexos no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 3, p. 02-19, 2013.

CUPERTINO, C. M.; MARTINEZ, A. L. Qualidade da Auditoria e Earnings Management: risk assessment através do Nível dos accruals discricionários. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 19, n. 3, p. 69-93, 2008.

DANTAS, J. A; MEDEIROS, O. R; LUSTOSA, P.R.B. The role of economic variables and credit portfolio attributes for estimating discretionary loan loss provisions in Brazilian banks. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 65-90, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.3>.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**, v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

DOUKAKIS, Leonidas C. The effect of mandatory IFRS adoption on real and accrual-based earnings management activities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 6, p. 551-572, 2014. DOI: 10.1016/j.jaccpubpol.2014.08.006.

ELBANNAN, M. A. Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 36, n. 2, p. 207-245, 2011. DOI: 10.1007/s11156-010-0176-1.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, F. R. et al. Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 488-501, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000500002>

GIOIELLI, S. P.O; CARVALHO, A. G; SAMPAIO, J.O. Venture capital and earnings management in IPOs. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, 2013. DOI:<http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.2>.

GOEL, S. Demystifying earnings management through accruals management: an indian corporate study. **Vikalpa**, v. 37, n. 1, p. 49-57, 2012.

GRECCO, M. C. P. The Effect of Brazilian convergence to IFRS on earnings management by listed Brazilian nonfinancial companies. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 110-132, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.5>.

GRECCO, M. C. P. et al. The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. **Emerging Markets Review**, v. 21, p. 42-66, 2014. DOI: 10.1016/j.ememar.2014.07.001.

HEALY, P.; WAHLEN, J. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>.

IATRIDIS, G. International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. **International Review of Financial Analysis**, v. 19, n. 3, p. 193-204, 2010. DOI:10.1016/j.irfa.2010.02.004.

_____; ROUVOLIS, S. The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. **Journal of international accounting, auditing and taxation**, v. 19, n. 1, p. 55-65, 2010. DOI:10.1016/j.intaccaudtax.2009.12.004

JONES, M. **Creative accounting, fraud and international accounting scandals**. [s.l.] Wiley, 2011.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. The Impact of the International Accounting Convergence on Income Smoothing in Brazillian Companies. **Brazilian Business Review**, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2015.12.2.1>.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEVENTIS, S.; DIMITROPOULOS, P. E.; ANANDARAJAN, A. Loan loss Provisions, earnings management and capital management under IFRS: the case of EU commercial banks. **Journal of Financial Services Research**, v. 40, p. 103-122, 2011. DOI 10.1007/s10693-010-0096-1.

LIMA, A. S. et al. Estágios do Ciclo de Vida e Qualidade das Informações Contábeis no Brasil. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151711>.

LIU, C. et al. The impact of IFRS on accounting quality in a regulated market: an empirical study of china. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 26, n. 4, p. 659-676, 15 jul. 2011. DOI: 10.1177/0148558X11409164.

MACHADO, D.; BENETTI, J.; BEZERRA, F. Análise da produção científica sobre earnings management em periódicos brasileiros e internacionais de contabilidade. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 10, n. 4, p. 50-66, 2011.

MAIA, S. C. et al. Earnings management in Brazilian credit unions. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 91-109, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.4>.

MARTINEZ, A. L. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, 2001.

_____. The role of analysts as gatekeepers : enhancing transparency and curbing earnings management in Brazil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 712-730, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000400009>.

_____. Do corporate governance special listing segments and auditing curb real and accrual-based earnings management? Evidence from Brazil. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 4, p. 98-117, 30 out. 2011. DOI:10.4270/ruc.2011433.

MCKEE, T. **Earnings management: an executive perspective**. Ohio: Thomson, 2005.

MURCIA, F. D.-R.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, 30 jun. 2011. DOI:10.4270/ruc.2011211.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 269f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____; CAVALCANTE, P. R. N; MELO, I. I. S. L. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2012.

REZENDE, G. P.; NAKAO, S. H. Gerenciamento de resultados e a relação com o lucro tributável das empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 06-21, 30 jan. 2012. DOI:10.4270/ruc.2012101.

RODRIGUES, A.; MARTINS, E. Gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 46-66, 2 fev. 2010. DOI:10.4270/ruc.2010103.

RUDRA, T.; BHATTACHARJEE, D. Does IFRs influence earnings management? Evidence from India. **Journal of Management Research**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 30 ago. 2011. DOI:10.5296/jmr.v4i1.849.

SALES, I. C. H. et al. Earnings quality: análise empírica dos accruals contábeis aplicada ao mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 1, p. 50-64, 2012.

SANTANA, A.G. Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas Big Four e Não Big Four. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, p. 70-87, 2014.

SILVA, A. F. et al. Earnings management and economic crises in the brazilian capital market. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 268-283, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020140303>.

- SILVA, A. et al. Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, p. 59-69, 2014.
- SILVA, M. S.; GALDI, F. C.; TEIXEIRA, A. M. C. Estudo sobre o efeito das eleições presidenciais no gerenciamento de resultados de empresas atuantes em setores regulados. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 21, n. 2, p. 45-68, 2010.
- SNEDECOR, G. W.; COCHRAN, W. G. **Statistical Methods**. 8. ed. Ames, IA: Iowa State University Press, 1989.
- SUN, J.; CAHAN, S. F.; EMANUEL, D. How would the mandatory adoption of IFRS affect the earnings quality of U.S. firms? Evidence from cross-listed firms in the U.S. **Accounting Horizons**, v. 25, n. 4, p. 837-860, dez. 2011. DOI: 10.2308/acch-50049.
- THIRY-CHERQUES, H. R. **Conceitos e definições**: o significado da pesquisa aplicada nas ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 420
- VAN TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 155-180, 2005. DOI: 10.1080/0963818042000338988.
- WANG, Y.; CAMPBELL, M. Earnings management comparison: IFRS vs. China GAAP. **International Management Review**, v. 8, n. 1, p. 5-11, 2012.
- WILCOXON, F. Individual comparisons by ranking methods. **Biometrics Bulletin**, v. 1, n. 6, p. 80-83, 1945.
- ZHOU, H.; XIONG, Y.; GANGULI, G. Does the adoption of international financial reporting standards restrain earnings management? Evidence from an emerging market. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 13, n. Special Issue, p. 43-57, 2009.

ⁱ Redação do parágrafo 5º do artigo 177 da lei 6.404/76 dada pela lei 11.638/07.

ⁱⁱ Segundo o artigo 3º da lei 11.638/07, considera-se sociedade de grande porte aquela cujo ativo total é maior que R\$ 240 milhões ou a receita bruta anual é maior que R\$ 300 milhões.

ⁱⁱⁱ Registre-se que também em 2007 foi publicada a Instrução CVM 457 que determina que “as companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*”.

^{iv} Em relação às demonstrações contábeis individuais, o relatório da auditoria afirma conformidade somente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

^v Segundo Thiry-Cherques (2012), conceito é “uma representação mental de uma unidade de significado referida a um objeto” (p.23), e definição é a “descrição do significado do termo em uma expressão” (p.291).

^{vi} Avelar e Santos (2010) consideraram os seguintes como os dez principais periódicos acadêmicos brasileiros interessados no tema: Contabilidade & Finanças (C&F); Contabilidade Vista & Revista (CVR); Contabilidade, Gestão e Governança (Unb-CGG); Revista do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (RMC); Revista Universo Contábil (RUC); Brazilian Business Review (BBR); Revista de Administração Contemporânea (RAC);

Revista de Administração de Empresas (RAE); Revista Eletrônica de Administração (REAd); e Revista de Administração da USP (RAUSP).

^{vii} Embora Dantas, Medeiros e Lustosa (2013) analisem amostra composta por dados referentes ao período 2001-2012, não é possível assegurar que congreguem dados pré-IFRS e pós-IFRS pelo fato de utilizarem informações contábeis trimestrais de instituições financeiras coletadas por meio do portal do Banco Central do Brasil (BCB) na internet; afinal, o BCB não endossou todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e os autores não deixam claro se utilizaram dados divulgados pelas instituições financeiras em suas demonstrações financeiras de propósito geral ou em suas demonstrações para fins de regulação prudencial. Por razão semelhante, não é possível assegurar que a base de dados analisada por Maia et al. (2013) congregue dados pré-IFRS e pós-IFRS; afinal, utilizarem informações contábeis trimestrais de cooperativas de crédito coletadas por meio do portal do BCB na internet. Com relação ao trabalho de Gioielli, Carvalho e Sampaio (2013), que analisaram dados de empresas financeiras e não financeiras que realizaram oferta pública de ações, embora analisem dados contábeis trimestrais referentes ao período janeiro/2004 a setembro/2010, também não é possível assegurar que congreguem dados pré-IFRS e pós-IFRS pelo fato de a obrigatoriedade de adoção do IFRS ser a partir das demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

^{viii} Ressalte-se que o Economática não contém informações de 2009 republicadas em conformidade com os IFRSs para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis de 2010. Ressalte-se também que o Bloomberg não contém informações do balanço de abertura de 2009 em IFRS. Por essa razão, foi necessária a consulta às três fontes de dados citadas. Observou-se que a base de dados Thomson One, mantida pela Thomson Reuters, também não contém todos os dados necessários à realização desta pesquisa.

^{ix} Não apresentou-se a operacionalização das variáveis porque já foram apresentadas no primeiro item desta seção. Ressalta-se que o símbolo “*t*”, que designa no modelo teórico um determinado ano (período), foi aqui substituído por “(BRGAAP, 2009)” ou “(BRGAAP, 2008)”, para demonstrar que esses parâmetros estimadores das acumulações discricionárias se referem especificamente às demonstrações contábeis relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 (ou 2008), apuradas em conformidade com o antigo BRGAAP.

^x Também para se evitar repetição, não se apresenta a operacionalização das variáveis. Ressalta-se que aqui o símbolo “*t*” do modelo teórico foi substituído por “(IFRS, 2009)” ou “(IFRS, 2008)”, para demonstrar que esses parâmetros estimadores das acumulações discricionárias se referem especificamente às demonstrações contábeis relativas ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 (ou 2008), apuradas em conformidade com o IFRS (informação comparativa apresentada juntamente com as demonstrações de 2010). Com exceção da variável Receita de 2008, que se utilizou a apurada em conformidade com o antigo BRGAAP, porque em 2010 as empresas só foram obrigadas a rerepresentar o resultado de 2009, portanto, não havia obrigatoriedade de rerepresentar o demonstração do resultado de 2008 apurada em conformidade com os IFRSs.

^{xi} Na literatura de *earnings management*, normalmente se analisa uma série histórica de acumulações discricionárias, portanto, a necessidade de transformá-las em valores absolutos (i.e., módulo) decorre da reversibilidade das acumulações (MCKEE, 2005). Ressalte-se que na presente pesquisa se analisou as acumulações discricionárias num único momento (i.e., relativas ao exercício de 2009); ainda assim é apropriado transformá-las em valores absolutos porque a amostra é composta por algumas empresas que apresentaram acumulações discricionárias positivas e outras negativas, conseqüentemente a média tenderia a zero.

^{xii} Observe que neste caso, as informações relativas ao exercício de 2009 deveriam ser aquelas elaboradas em conformidade com os IFRSs e rerepresentadas para fins de comparabilidade com as informações financeiras do exercício de 2010.